



Jornal do CFO



Jornal do Conselho Federal de Odontologia | Ano 13 | Nº 69 | Nov-Dez de 2005 | 287.855 exemplares

THDs e ACDs

Projeto de Lei 1140/03 – que regulamenta as profissões auxiliares da odontologia – passa, por unanimidade, em Comissão da Câmara dos Deputados e avança rumo à aprovação. Leia artigo da presidente da Comissão de THDs e ACDs, Celina Pereira dos Santos Lopes.

PÁGINA 3

Agência Brasil

Saúde bucal é nossa lei

Veja como estão no Congresso Nacional os principais projetos de lei que garantem o acesso da população ao bom atendimento odontológico.

Páginas 8 e 9



5

SEGURANÇA

Governo federal pede apoio ao CFO para disseminar a certificação digital entre os conselhos profissionais

13

DENUNCIE

Operadora de saúde que negar ao CD pedido de exame complementar deve ser denunciada à Anvisa

16

CONGRESSO

Consultor parlamentar do CFO escreve artigo sobre a (possível) renovação do Legislativo



O valor da saúde bucal

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

No Brasil, muito se fala em vontade política. Mas eu nunca vejo alguém mencionar outra qualidade igualmente importante: a paciência política. Somadas, vontade e paciência resultam em “determinação”.

Então chegamos finalmente ao cerne da questão. Porque o que o Conselho Federal de Odontologia mais tem praticado nos últimos anos, ao lado das entidades nacionais de nossa querida profissão, é o jogo democrático. Me refiro à relação do CFO com os Conselhos Regionais, associações e sindicatos, e diretamente com a classe odontológica – ao responder às suas demandas e tomar a iniciativa das ações. Mas não só. Me refiro também ao diálogo constante e paciente, determinado, com as forças políticas que representam o Executivo e o Legislativo federais.

Desde 2000, o CFO vem intensificando o corpo-a-corpo com parlamentares do Congresso, e ministros e secretários do Governo Federal. O tema dessas audiências é invariavelmente o mesmo: o valor da saúde bucal para as gerações futuras. Uma conta simples resume bem

nossa argumentação: para cada real investido em saneamento se economiza quatro reais na saúde.

Com determinação, e paciência para ver os resultados aparecerem no seu tempo, a Odontologia vai avançando no diálogo com os poderes constituídos. Ganham com isso todos os profissionais, mas sobretudo a população que hoje recebe atenção em saúde bucal como nunca havia recebido antes.

Se a saúde bucal detém hoje um investimento público sem precedentes em sua história, nossa responsabilidade é avançar mais, para que todos os governantes e parlamentares deste País compreendam de uma vez por todas que uma saúde bucal perfeita é extremamente compensadora. E que isso não pode ser considerado gasto, mas investimento.

Como diz o ditado, perdemos ou ganhamos de véspera. De olho no futuro, não tenho dúvida que, mantendo nossa ação determinada, já podemos nos considerar vitoriosos.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br



Sede do CFO no Distrito Federal:
SHC-AO-Sul-EA-02/08-Lote 05
Ed. Terraço Shopping | Torre A/sala 207 |
Bairro Otogonal | Brasília/ DF
CEP 70660-020
Tel: (61) 3234-9909 | Fax: (61) 3233-7586
cfo@cfo.org.br | www.cfo.org.br

Escritório no Rio de Janeiro:
Av. Nilo Peçanha, 50, Grupo 2316 | Rio de
Janeiro/ RJ | CEP: 20020-100
Tels: (21) 2122-2200 |
Fax: (21) 2122-2229 e 2122-2230

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)/
Sol Comunicações Ltda.

Repórteres:
Alexandre Feitosa e Vitor Fraga/Rio de
Janeiro; Fábio Marçal/DF

Fotos: Vanor Correia (Descrição da Imagem)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br / 21 2242 7609)

Jornal do CFO: jornal@cfo.org.br

Artigos assinados não refletem, necessariamente,
a opinião do CFO e são de responsabilidade dos
autores.

Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 287.855 exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

DESTAQUE

Câncer bucal igual em 2006

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o número de casos de câncer bucal no ano que vem deverá ser praticamente idêntico ao de 2005.

Estima-se que o câncer bucal, denominação que inclui os cânceres de lábio e de cavidade oral (mucosa bucal, gengivas, palato duro, língua oral e assoalho da boca), apresentará 10.060 casos entre homens e 3.410 entre as mulheres – números praticamente iguais aos dos dois anos anteriores.

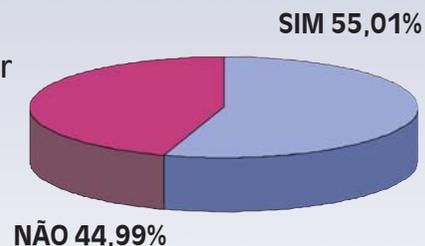
O Ministério da Saúde incluiu em todas as Equipes de Saúde Bucal do SUS treinamento para detectar a doença. Em 2002, o câncer de boca matou mais de 3.500 pessoas no país. Quase 40% dos casos da doença acabam em morte, por-

que 70% dos diagnósticos são feitos quando a lesão já atingiu um estágio avançado. “As cerca de 48 milhões de pessoas que são atendidas pelas equipes já podem contar com esse exame, que virou rotina dentro do SUS”, afirma o coordenador nacional de Saúde Bucal Gilberto Pucca. No Brasil, geralmente desenvolve câncer bucal o indivíduo do sexo masculino, trabalhador, acima dos 30 anos, fumante, consumidor de bebidas alcoólicas e de classe social menos favorecida.

A Estimativa de Incidência por Câncer no Brasil para 2006, de acordo com o instituto, aponta para mais de 472 mil casos novos, com 234 mil entre os homens e 238 mil entre as mulheres.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “Você gostaria de baixar pela internet o boleto bancário para pagamento da anuidade?”
Veja a resposta da classe pela internet:



O CFO quer saber **Sua Opinião:**
A investida política do CFO no Congresso Nacional tem contribuído para o avanço da Odontologia?

Participe: www.cfo.org.br

PLENÁRIO

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre (RS)
presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (MS)
vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (SE)
secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de Menezes (RO)
tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE)
emanuel@cfo.org.br
José Mário Morais Mateus (MG)
josemario@cfo.org.br
Mário Ferraro Tourinho Filho (BA)
marioferraro@cfo.org.br

Roberto Eluard da Veiga Cavali (PR)
robertocavali@cfo.org.br
Rubens Côrte Real de Carvalho (SP)
rubenscorte@cfo.org.br

Anísia Maria Fialho Abdala (MA)
Benício Paiva Mesquita (CE)
Genésio Pessoa de A. Júnior (TO)
Hilbererto Cordeiros Lins (AL)
Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)
José Alaor Demartini Penna (MT)
José Ferreira Campos Sobrinho (RN)
Laércio Villela Barros (ES)
Lucimar de Sousa Leal (PI)
Manoel Leopoldo Filho (RR)
Maria Carmen de A. M. Jardim (PB)
Maria Izabel de Souza Á. Ramos (AP)
Marluiz Nunes de Freitas (AC)
Messias Gambôa de Melo (PA)
Rutílio Caldas Pessanha (RJ)
Selene Machado Costa Guedes (AM)
Wilson Carneiro Ramos (GO)

TSB e ASB: regulamentação à vista

PL 1140/03 passa em Comissão da Câmara dos Deputados e avança rumo à aprovação. Presidente de Comissão do CFO fala sobre a realidade destes profissionais

Com a presença do Conselho Federal de Odontologia, de oito Conselhos Regionais e de diversos deputados federais, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara aprovou no dia 23 de novembro o substitutivo do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) ao Projeto de Lei 1140/03, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Higiene Dental e de Auxiliar em Consultório Dentário – que passarão, com a aprovação definitiva do projeto, a se chamar Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Saúde Bucal.

Aprovação unânime

O texto foi aprovado por unanimidade após longa negociação en-

tre os parlamentares, entre os quais, além do relator, se destacaram os deputados Geraldo Thadeu (PPS-MG), Jovair Arantes (PTB-GO), Henrique Alves (PMDB-RN, presidente da Comissão), Pedro Henry (PP-MT) e Laura Carneiro (PFL-RJ).

Em relação à proporcionalidade entre CD e TSBs (atuais THDs), o artigo sétimo diz que o CFO determinará a relação após consulta feita pelos CROs, que ouvirão os CDs de seu Estado, considerando válida a manifestação de, no mínimo, 20% no primeiro turno de votação, e qualquer quórum no segundo turno. Com base nos resultados das consultas, o CFO determinará, então, a relação em cada Estado.

Segundo o substitutivo aprovado, “a supervisão direta (pelo CD) será obrigatória em todas as atividades clínicas (de TSBs e ASBs), podendo as atividades extra clínicas ter supervisão indireta”.

“Nós queremos a regulamentação dos auxiliares, e é claro que a odontologia também tem que se

preservar”, afirmou o deputado Thadeu, que também é cirurgião-dentista, agradecendo aos parlamentares da Comissão em nome da classe odontológica.

PL pode ser aprovado na Câmara sem ir a plenário

O presidente do CFO Miguel Nobre, que esteve representado pelos conselheiros Rubens Côrte Real, Mário Ferraro e Roberto Cavali, comemorou a aprovação do projeto na Comissão. “O texto foi alicerçado no parecer do CFO, e estamos felizes pelo parlamento ter honrado sua missão, mostrando que sabe ouvir e negociar com nossa classe”, concluiu Nobre.

O projeto vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça, para ser votado em caráter terminativo, ou seja, não precisará ir ao plenário da Casa. Aprovado na CCJC, o PL 1140/03 segue direto para o Senado.

Estiveram também presentes à sessão os dirigentes dos CROs de Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Desafio agora é formação de qualidade

A presidente da Comissão de THDs e ACDs do CFO, Celina Pereira dos Santos Lopes, elogiou o trecho do substitutivo que trata da proporcionalidade. Segundo ela, esta questão depende da realidade de cada região. Celina aproveita para lembrar que a regulamentação, embora fundamental, é apenas um dos passos a serem dados para atender às necessidades destes profissionais. “A maior preocupação deve ser com a formação. Muitos ACDs atuam de modo marginalizado, sem qualificação adequada”, diz. Nessa área, Celina defende um trabalho conjunto do governo federal com o CFO. “Não dá mais para pegar uma faxineira ou secretária e colocá-la como técnico ou auxiliar. É preciso haver uma formação profissional de qualidade”.

Os candidatos a TSBs e ASBs devem ter formação escolar de nível médio e podem procurar os cursos existentes no Brasil através do site www.mec.gov.br.

VEJA A ÍNTEGRA DO PL 1140/03
NO WWW.CFO.ORG.BR

“Somos cúmplices dos CDs”

É preocupante toda esta polêmica em torno da regulamentação das profissões do ACD e THD, pois não estamos iniciando na Odontologia. Somos profissionais de saúde, trabalhadores com direitos e deveres, atuamos dentro das normatizações do Conselho Federal de Odontologia, sem registro de incidentes ou infração ética. Somos, sobretudo, cúmplices do cirurgião-dentista que é nosso supervisor. Dividimos ansiedades, expectativas, alegrias e tristezas em busca de um serviço de saúde que amplie o acesso com qualidade e valorize os profissionais da Saúde Bucal. A preocupação hoje deve ser focada na luta pela ampliação da abertura de cursos de formação reconhecidos pelo MEC, evitando desta for-

ma a mercantilização deste ensino, e garantindo o cumprimento da Decisão CFO 47-03 que define prazo ao ACD para apresentação de certificado. Além da ampliação das equipes da Modalidade I e II do PSF, com abertura de concursos públicos e contratação de CDs, THDs e ACDs, solução para a grande demanda nos serviços públicos de saúde.

Quem conhece o trabalho em equipe e seus resultados deve, sim, estar preocupado com o número reduzido de ACD e THD atuando no mercado de trabalho, ou a forma ainda marginalizada em que se encontram. Isso, sim, é muito preocupante! O Projeto de Lei 1140/03 que regulamenta estas profissões é para nós um sonho. Estamos inseridos em

vários programas em instituições públicas. É preciso garantir no PL, portanto, o que já é normatizado pelo CFO, competências já realizadas por estes profissionais dentro da Equipe de Saúde Bucal, com trabalhos estruturados com investimento público.

Em nome dos ACDs e THDs, quero deixar uma nota especial de agradecimento a todos os CDs pela história de luta e apoio a estas profissões. Agradecemos também ao presidente do CFO, Dr. Miguel Álvaro Santiago Nobre, pelo espaço criado com a Comissão de Registros de ACD e THD dentro do CFO. Este espaço precisa ser estendido aos Conselhos Regionais, com a criação de Comissões ou Câmaras Técnicas repre-

sentativas destes profissionais, onde eles possam participar de discussões pertinentes à sua realidade.

É preciso, também, que os ACDs e THDs enxerguem mais além do seu dia-a-dia de trabalho, dando atenção aos informes específicos nos Jornais dos Conselhos e de outras entidades, buscando referências estaduais e nacionais dos ACDs e THDs. Só assim passaremos de meros figurantes para atores da nossa história.

CELINA PEREIRA DOS SANTOS LOPES



FALE COM A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE REGISTRO DE TÉCNICOS EM HIGIENE DENTAL E AUXILIARES DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:
reg_thd_acd@cfo.org.br

Presidente do CFO, cidadão fluminense

Miguel Nobre recebe da Assembléia Legislativa do Rio título de cidadão fluminense

O gaúcho Miguel Nobre recebeu no dia 27 de outubro, na Alerj, o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro pelo trabalho desenvolvido em favor da aproximação da odontologia fluminense com o poder público.

“Acompanho seu trabalho junto ao Ministério da Saúde e em cada Estado em prol da educação em saúde bucal, e fico feliz em ver como a odontologia trabalha hoje de forma integrada e inteligente. O senhor é merecedor deste título, afinal, é preciso ter bons argumentos para sensibilizar um ministro ou um presidente da República a fazer um trabalho articulado com a saúde bucal”, discursou o presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Paulo Pinheiro (PPS-RJ), antes de transmitir oficialmente a “nova” cidadania ao presidente do Conselho Federal de Odontologia Miguel Nobre.

Superintendente do CFO recebe homenagem de surpresa

Realizada no plenário Barbosa Lima Sobrinho, a sessão comemorativa do Dia do Cirurgião-Dentista – instituída no calendário oficial do poder legislativo fluminense desde 2003 – reservou também uma surpresa: a entrega de uma moção em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo superintendente executivo do CFO Márcio Coimbra pela odontologia do Estado do Rio. Antes de anunciar o nome do homenageado, o presidente do Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro Outair Bastazini chamou-o de “amigo da Odontologia”. Pego de surpresa, o mineiro Coimbra afirmou sua



Presidente da AcBO Placidino Brigagão, presidente da FNO Fernando Gueiros, presidente do CFO Miguel Nobre, deputado Paulo Pinheiro, superintendente do CFO Márcio Coimbra e o presidente do CRO-RJ Outair Bastazini

paixão pelo Rio de Janeiro. E dedicou a homenagem a todos com quem trabalha, especialmente aos funcionários do CFO, que marcavam presença no plenário da Alerj. “Por causa de vocês que eu consigo realizar algo pela odontologia”, agradeceu, sob aplausos.

Elogio à ação em parceria com o CRO-RJ

O deputado Paulo Pinheiro disse que em sete anos como parlamentar ele costuma fazer poucas homenagens pois considera “muita responsabilidade”, reafirmando que pesou na sua decisão a ação articulada com o CRO-RJ em defesa da categoria odontológica e da saúde bucal da população do Estado do Rio. O deputado destacou o fato de Miguel Nobre também exercer o ofício de cantor, nas horas vagas. “Como gaúcho, cirurgião-dentista e músico, o senhor consegue se integrar bem com toda a sociedade brasileira”, resumiu.

Conselheiros do CFO e presidentes de CROs prestigiam sessão solene

Bastante emocionado, Nobre lembrou a feliz coincidência de receber tal título numa casa – o Palácio Tiradentes – que leva o nome do patrono da Odontologia. Agradeceu o apoio recebido do presidente do CRO-RJ Outair Bastazini, dos “amigos de diretoria” Ailton Rodrigues (vice-presidente), Marcos Santana (secretário-geral) e Lester de Menezes (tesoureiro), dos conselheiros Emanuel Dias, Rubens Côrte Real, Roberto Cavali, José Mário Mateus, Mário Ferraro e Rutilio Pessanha, e dos presidentes do CRO-AL Carlos Roberto Menezes, do CRO-BA Paulo Ribeiro, do CRO-MA Cláudio Cruz, do CRO-MS Silvano Silveira, do CRO-MG Arnaldo Garrocho, além do colega de turma Joaquim Cerveira, presidente do CRO-RS, do diretor da faculdade de odontologia da Universidade Luterana do Brasil Ricardo Macedo, das entidades odon-

tológicas do Estado do Rio e dos funcionários do CFO. Com a voz embargada de emoção, o presidente do CFO dedicou o título a esposa Graça e a filha Daniela.

A mesa oficial da solenidade foi ocupada pelo secretário de Saúde de Duque de Caxias Oscar Berro, do presidente da Academia Brasileira de Odontologia Placidino Brigagão, do presidente do CRO-RJ Outair Bastazini, do presidente da Federação Nacional dos Odontologistas Fernando Gueiros e do superintendente executivo do CFO Márcio Coimbra.

Trabalho dedicado à aproximação com o poder público

Miguel Nobre está no segundo mandato como presidente do Conselho Federal de Odontologia. Desde 2000, tem se dedicado a abrir canais de diálogo com o poder público, a fim de sensibilizar governos e legislativos para a necessidade de se garantir o acesso da população à atenção em saúde bucal.

Através do CRO-RJ, desenvolveu uma aproximação política com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Em especial, com a Comissão de Saúde, entendendo que este é um passo fundamental no lobby por uma saúde bucal pública e de qualidade. No Estado, existem hoje cerca de 25 mil profissionais de Odontologia.

Especialista em Prótese Dentária, professor com larga experiência acadêmica e passagem pelas mais conceituadas universidades do Rio Grande do Sul, atuante nos órgãos de classe, Miguel já recebeu outras condecorações na ex-capital federal: a medalha de membro da Academia de Odontologia Militar do Rio de Janeiro; membro honorário da Academia de Odontologia do Rio de Janeiro e medalha do Mérito Odontológico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABCD (Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas)
Tel. (11) 6223-2333/Fax 6221-3612
secretariabcd@apcd.org.br
www.abcdbrasil.org.br
ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax: (11) 5083-4000
abonacional@uol.com.br

www.abonacional.com.br
Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)
Tel/Fax. (61) 3356-9611
abeno@abeno.org.br
www.abeno.org.br
AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (21) 2547-8266

pgbrigagao@netrio.com.br
www.acbo.org.br
CFO (Conselho Federal de Odontologia)
Tel: (61) 3234-9909/Fax 3233-7586
Tel: (21) 2122-2200/Fax 2122-2229
cfo@cfo.org.br
www.cfo.org.br
FIO (Federação Interestadual

dos Odontologistas):
Tel (62) 3285-4619/Fax 3285-4824
odonto@fio.org.br
www.fio.org.br
FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):
Tel (21) 2233-5879/Fax 2263-6635
fno@fno.com.br
www.fno.com.br

Cirurgiã-dentista ganha Prêmio Sérgio Arouca 2005

CRO-MS

A CD Crhistine Maymone, de Mato Grosso do Sul, concorreu com mais de 100 trabalhos de todo o Brasil

No último dia 19 de outubro, o Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa no SUS, do Ministério da Saúde e Conasems, foi entregue a uma cirurgiã-dentista do Mato Grosso do Sul. O prêmio foi entregue pelo ministro Saraiva Felipe.

Pelo trabalho “Dividindo sucessos e desafios com a população”, a cirurgiã-dentista Crhistine C. Maymone Gonçalves dividiu o prêmio com a médica Beatriz F. Dobashi. O vice-presidente do Conselho Federal de Odontologia Ailton Rodrigues, que é natural de Mato Grosso do Sul, esteve presente à entrega do prêmio.

Cinco CDs entre os 15 finalistas

Além de Crhistine, outros quatro CDs foram selecionados entre os 15 finalistas, nas categorias “Experiências Exitosas” e “Trabalhos Acadêmicos”. Eles concorreram com mais de 100 trabalhos de todo o Brasil.

Os demais CDs finalistas e seus respectivos trabalhos são estes:

- Regiane Rezende, com “Escolas promotoras de saúde do Tocantins: co-gestando o rede” (Tocantins);
- Priscila A. Andrade e Márcio F. Pereira – dividindo a autoria com a psicóloga Maria R. Nagy –, com “Saúde e Controle Social no Campo: a luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (Distrito Federal)
- Edisaura M Pereira, com “Gestão Democrática de Controle Social no SUS: estudo da consulta ampliada para indicação dos gerentes das Unidades Básicas de Saúde de Goiânia 2001” (Goiás).



Crhistine Maymone, Ailton Rodrigues, Priscila Andrade, Alessandra Olm, Regiane Rezende e Márcio Pereira

O prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa no Sistema Único de Saúde foi instituído para incentivar a gestão participativa de acordo com as diretrizes da Política Nacional do setor. A iniciativa visa reconhecer, premiar e divulgar trabalhos que relatem e analisem experiências exitosas de gestão em serviços, organizações ou sistemas de saúde, e ainda trabalhos acadêmicos sobre o tema no SUS.

Quem foi Sérgio Arouca

Arouca foi um dos principais responsáveis, como ideólogo, militante político, professor universitário e presidente da Fiocruz, pela aproximação dos cientistas, estudiosos, movimentos populares e sindicais que, desde a resistência ao autoritarismo da ditadura, vinham lutando por melhores condições de vida e que, num momento feliz de síntese, formularam a ideia do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Prêmio está organizado em duas categorias. A primeira abrange artigos que relatem e analisem experi-

ências de gestão participativa, implementadas há pelo menos um ano, em serviços, organizações ou sistemas de saúde - esta categoria, “Experiências Exitosas”, é aberta a profissionais de saúde, conselheiros de saúde, usuários, estudantes e outros interessados na apresentação de experiências de que participam ou participaram como gestores, integrantes de equipes, conselheiros, usuários, pesquisadores ou observadores externos.

A segunda categoria, “Trabalho Acadêmico”, é aberta a pesquisadores, estudiosos e trabalhadores de saúde, para apresentação de monografias ou artigos, inéditos, referentes à temática de gestão participativa.

O CFO esteve representado pelo vice-presidente Ailton Rodrigues. A coordenadora de saúde bucal de Araguaína (Tocantins), cirurgiã-dentista Alessandra C. Olm, também esteve presente à premiação, além dos CDs finalistas do prêmio Márcio Pereira, Priscila Andrade e Regiane Rezende.

NOTAS



Conselheiro homenageado

Reitor da Universidade de Pernambuco e presidente da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Odontologia, Emanuel Dias foi empossado imortal da Academia Brasileira de Odontologia no dia 7 de dezembro. A cerimônia aconteceu na reitoria da UPE. Na ocasião, foram empossados também Adolfo José Cabral e Aronita Roseblatt.

Campanha de saúde bucal

Conforme antecipado pelo Jornal do CFO, o Ministério da Saúde confirmou para janeiro de 2006 o início da campanha nacional de valorização do cirurgião-dentista, em rádio, TV e cartazes. O anúncio foi feito no dia 7 de dezembro pelo coordenador nacional de Saúde Bucal Gilberto Pucca, na presença das entidades nacionais da odontologia. Motivar a população a ir ao dentista pelo menos uma vez por ano é uma das metas da campanha, garantiu Pucca. A importância do auto-exame para a prevenção do câncer bucal também será abordada. O vice do CFO Ailton Rodrigues conferiu em primeira mão o material e aprovou.

Investimentos cresceram 54% em 2005

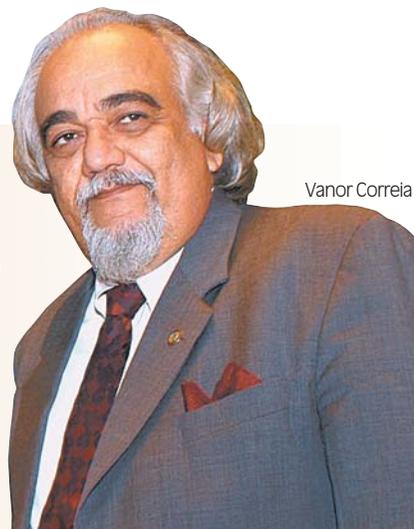
Entre 2004 e 2005, os investimentos do governo federal para ações de saúde bucal cresceram 54%. No ano passado, foram investidos R\$ 184 milhões e até o final de 2005, o Ministério da Saúde terá destinado R\$ 400 milhões na criação de equipes de saúde bucal, instalação de centros de especialidades odontológicas e adição de flúor a estações de tratamento de água.



Antes de assinar convênio, veja se a operadora está inscrita no seu CRO

Emanuel Dias, Conselheiro CFO

Emanuel Dias de Oliveira e Silva é especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais, reitor da Universidade de Pernambuco, professor e coordenador da Pós-Graduação em CTBMF. Ex-presidente do Colégio Brasileiro de CTBMF, integra o International Oral Surgery. Conselheiro desde 1997, preside a Comissão de Ensino.



Vanor Correia

Que mudança do CFO merece destaque?

O CFO tem se transformado progressivamente em um órgão com maior participação social, transferindo suas atividades para os interesses dos profissionais e da sociedade, mais participativo, transprofissional, se inserindo no processo de construção do cirurgião-dentista, desde as suas bases educacionais e humanistas, compromissos éticos e políticos.

Qual a importância da Resolução que cria a Residência Odontológica (CFO 27/2002)?

A educação continuada para a formação do especialista através dos programas de residência abre uma nova visão, na odontologia, já que essas residências obrigam que o financiamento seja através de bolsas, pagas pelo Ministério da Saúde ou o MEC. Especificamente, a residência em CTBMF corresponde a um grande avanço para a especialidade e a odontologia, pois se iguala aos princípios das residências médicas, o que equivale a um exercício de igualdade nas oportunidades dentro do regime hospitalar. A prática da cirurgia buco-maxilo-facial é tão importante quanto a de qualquer especialidade cirúrgica. Obedece aos mesmos princípios técnicos e biológicos, com o paciente sob a responsabilidade direta do cirurgião-dentista. As incompreensões em relação à dificuldade de internamentos, solicitações de exames, estão sendo superadas, tendo como base a qualidade da formação do especialista nesta área.

Como é a rotina da Comissão de Ensino?

A Comissão de Ensino trabalha com algumas estratégias. A primeira é, dentro desta aparente liberalidade de que os cursos de especialização possam ser oferecidos por várias instituições, combater a visão mercantilista que abdica da qualidade e do instrumento formativo na preparação do colega. A Comissão tem respeitado as normatizações do CFO e trabalhado para que os cursos oferecidos respondam às expectativas de quem os procura em relação à qualidade e área de atuação do especialista.

Como avalia a saúde bucal no governo Lula?

Num país onde o discurso da saúde e da educação é uma praxe política, mas que nunca estabelece um programa que vá ao encontro das reais necessidades da população, o Ministério da Saúde tem transformado em prática ações que abrangem as camadas mais necessitadas. Na odontologia, o envolvimento com o PSF, os CEOs, os trabalhos de base em relação à cidadania, água, saneamento, moradia, política de vacinação, responsabilidade com a medicação e doenças infectocontagiosas como a Aids, apoio ao idoso... essas práticas podem parecer tímidas pois não repercutem tanto nos órgãos de informação, mas já apresentam resultados. Na odontologia, a nossa gran-

de contribuição é a inversão de que nossa maior responsabilidade é com as pessoas mais carentes. Esta sensibilidade se transforma em compromisso e participação, particularmente na formação da graduação e na nossa presença na atuação primária.

Como o sr. vê a atual crise política?

Essa crise corresponde à construção do comportamento social neste País, faz parte de sua gênese. A classe dominante sempre transformou em exem-

plu as suas vantagens, conseguidas de forma rápida, oportunista e com algum tipo de facilitação, o jeitinho brasileiro, utilizando recursos públicos de forma pouco transparente, empregando amigos, parentes, faltando com o exemplo de que a igualdade, o

“A residência em CTBMF é um grande avanço para a odontologia, pois se iguala aos princípios das residências médicas. Sua prática é tão importante quanto a de qualquer especialidade cirúrgica”

respeito ao outro e às minorias, a competitividade limpa e ética deveriam ser sempre levados em conta. O saldo dessa crise é a vergonha e só o aprendizado fará a população votar melhor. Espero que o povo brasileiro mande para casa os maus políticos e que esse Congresso, que tem uma baixa qualidade, se renove. Em sociedade, o exemplo forma comportamentos. É importante mudar o exemplo.

FALE COM O CONSELHEIRO EMANUEL DIAS:
emanuel@cfo.org.br

NOTAS

CFO na coordenação do Fentas

Representante do CFO no Fórum Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) desde 2000 a cirurgiã-dentista Graciara Matos de Azevedo foi eleita dia 12 de dezembro para a coordenação geral da entidade. O mandato de um ano, que inicia em fevereiro, ela vai dividir com a presidente do Conselho Federal de Nutrição, Rosane Nascimento (coordenação adjunta), e a vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Ana Cristina Brasil (relatoria).

A expectativa de Graciara é “trabalhar demais”. O Fentas reúne as entidades nacionais dos trabalhadores da saúde. Com oito cadeiras titulares no Conselho Nacional de Saúde, a missão deste Fórum é discutir e qualificar a participação dos profissionais na política nacional de saúde. Graciara também é conselheira efetiva do Conselho Nacional de Saúde.

Fórum Mercosul

Conselhos Federais da área de Saúde – entre os quais o CFO, representado pelo conselheiro Mário Ferraro –, Secretaria de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde e Anvisa se reuniram no dia 7 de dezembro, no Itamaraty, para a 11ª edição do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde.

Em pauta: matriz mínima profissional (documento que será implantado para facilitar a movimentação de cidadãos a trabalho), balanço do ano e perspectivas para 2006. Se em 2005 o debate sobre odontologia não avançou, o próximo ano promete ser diferente: em julho acontece no Rio Grande do Sul um seminário para discutir a profissão no Mercosul.



Acertando os ponteiros com a lei

Veja como está a luta para garantir a carga horária dos CDs federais

Na defesa da carga horária dos cirurgiões-dentistas que atendem na administração pública federal direta, nas autarquias e fundações federais, a Odontologia vem lutando este ano em duas frentes: de um lado pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 79/02 (que reduz a carga para 20 horas semanais, em equivalência aos médicos); e de outro, para que o Ministério do Planejamento reveja sua decisão de elevá-la de 30 para 40 horas semanais.

No dia 6 de outubro, estiveram em audiência com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, o vice-presidente do Conselho Federal de Odontologia Ailton Rodrigues, o secretário-geral do CFO Marcos Santana, o tesoureiro Lester de Menezes, a representante de Federação Interestadual dos Odontologistas Rozângela Camapum e o vice-presidente da Associação Brasileira de Odontologia Luiz Roberto Craveiro Campos. O tema em debate era o ofício 11/2005 deste



Vice do CFO Ailton Rodrigues fala no Ministério do Planejamento

Ministério, de 8 de agosto, que eleva de 30 para 40 horas semanais a jornada de trabalho dos cirurgiões-dentistas da administração pública federal.

A medida veio na contramão das reivindicações defendidas pela categoria, que luta pela redução da carga para 20 horas semanais, em equivalência ao que já ocorre com os médicos.

Os argumentos apresentados ao representante do Ministério do Planejamento esclareceram porque tal decisão não tem respaldo legal. Segundo o decreto-lei

1.145 (de 13/02/1976), por exemplo, está definida em 30 horas semanais a carga horária dos CDs admitidos até 16/02/1976. Oito anos depois, em 28/06/1984, o decreto-lei 2.140 estende a carga horária de 30 horas semanais a todos os CDs, independente da data de admissão. A lei é clara: como na época a Previdência Social representava todos os servidores públicos federais, este decreto deve ser aplicado a todos os cirurgiões-dentistas da esfera federal.

Outro ponto apresentado na audiência

foi a lei 3.999 de 15/12/1961, que estipula a carga horária de médicos e cirurgiões-dentistas em 20 horas semanais.

Além de toda esta legislação, as entidades mostraram ao secretário do Planejamento que a Emenda Constitucional 34, que autoriza aos cirurgiões-dentistas a acumulação de cargos, só pode ser exercida na íntegra se houver redução da jornada para 4 horas diárias.

O secretário mostrou-se sensível aos argumentos e prometeu dar uma resposta em breve. Até o momento, porém, não houve manifestação do Ministério.

PLC 79/02

O Legislativo federal tem sido uma outra frente de ação, a fim de garantir o direito às 20 horas semanais, sem o qual, aliás, torna-se inócua a Emenda Constitucional 34 que garantiu aos CDs a acumulação de cargos.

O foco é o Projeto de Lei 79/02, que reduz para 4 horas diárias, ou 20 semanais, a carga horária dos CDs que trabalham no setor federal. No momento, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde se encontra o projeto, aguarda designação de novo relator.

Odontologia avança no

Ações estratégicas do CFO e demais entidades aumentam força da classe odontológica no parlamento

Final de ano, momento de avaliações. Para a Odontologia, 2005 foi histórico. Tramitam hoje, no Congresso Nacional, 73 projetos de lei que propõem ações que afetam diretamente o atendimento em saúde bucal. A classe odontológica nunca esteve tão bem representada. E essa vitória não é resultado do acaso. É fruto de uma estratégia bem definida, executada com seriedade pela diretoria do Conselho Federal: a de aproximar-se da classe política, fazendo *lobby* a favor dos projetos de interesse da Odontologia, que, em última análise, são de interesse de toda a população, como costuma frisar os conselheiros desta Autarquia.

Projetos como o PL 4556/94, sobre o piso salarial, mostram a importância da ação do Conselho junto a parlamentares. Depois de muita luta – por meio de audiências e da divulgação, para a categoria, das

votações através do site e do Jornal do CFO –, o projeto está pronto para ir à votação no plenário da Câmara. Embora este seja um grande passo, é ilusão pensar que o trabalho das entidades termina com a aprovação da lei. “Temos que prosseguir fiscalizando e cobrando do poder público sua aplicação”, afirma o presidente do CFO Miguel Nobre. Para ele, só assim a classe vai convencer a sociedade a ver a Odontologia como prioridade na política de saúde pública. “Como diz a Constituição Federal, saúde é direito de todos”, completa.

Outro projeto que está pronto para a ordem do dia é o PL 4732/01, sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais. O parecer favorável da relatora na CCJC, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), foi aprovado em outubro deste ano – por unanimidade.

Política ampla

Os reflexos da estratégia do CFO não se limitam ao Legislativo. Prova disso é que o governo federal vem apresentando programas que

Cirurgiões-dentistas e parlamentares: uma relação construtiva

O CFO conseguiu, nos últimos anos, muito sucesso em seu relacionamento com a classe política, não obstante o reduzido número de cirurgiões-dentistas investidos em mandato parlamentar.

Teses como a permissão de duplo vínculo na administração pública, entre outras, foram acolhidas pelos congressistas, que reconheceram a legitimidade daquela postulação.

Outras, ainda em curso, como as referentes à fixação do piso salarial da categoria; obrigatoriedade de atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do SUS; subordinação de criação de novos cursos de odontologia a pa-

recer dos respectivos conselhos regionais da classe; e isonomia salarial entre médicos e odontólogos, nos órgãos da administração pública, em todos os seus níveis, também têm grandes chances de aprovação.

Isto se deve ao fato de a entidade e os profissionais do setor estarem, transparente e permanentemente, subsidiando os parlamentares com informações sobre a classe e dando amplo destaque, em todos os meios de comunicação disponíveis, aos apoios deles eventualmente recebidos.

CID BRUGGER CONSULTOR PARLAMENTAR DO
CFO: CIDBRUGGER@BGCONS.COM.BR



Tramitam no Congresso 73 projetos de lei que propõem ações em saúde bucal

melhoram diretamente a atenção básica à população. O Brasil Sorridente, que tem previsão de investimento de R\$ 1,3 bilhão até 2006, criou nos últimos dois anos 28 mil empregos para a Odontologia no setor público. “Nunca se empregou tanto em tão pouco tempo”, resume Nobre.

Outro aspecto é que os projetos envolvem uma visão integral da Odontologia. Recentemente foi aprovado, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), o PL 1140/03, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Higiene Dental e de Auxiliar de Consultório Dentário. Este projeto tem poder conclusivo, ou seja, não precisa ir à votação no plenário da Câmara. Se for aprovado na CCJC, vai direto para o Senado.

Ação direta

A ação das entidades é fundamental para essa política de aproximação. A pedido do CFO, ainda no mês de novembro, o deputado Marcelo Barbieri apresentou um requerimento ao Ministério da Saúde solicitando isonomia salarial entre médicos e cirurgiões-dentistas. Segundo o deputado, após a discussão no MS a proposta pode ser encaminhada ao Congresso em forma de projeto de lei, no início do próximo ano legislativo.

Há projetos que estão sendo acompanhados desde sua chegada ao Congresso, como é o caso do PL 3520/04, do deputado Vanderlei Assis (PP-SP), que obriga empresas a manterem serviço odontológico para os empregados. O CFO participou recentemente do Seminário Nacional de Odontologia do

o Congresso Nacional

Agência Brasil



Trabalho, durante o qual o autor do projeto pediu a mobilização da classe para acelerar a tramitação da matéria.

Outro exemplo é o PLS 297/05, que pretendia acabar com a fluoretação da água de abastecimento. Após uma ação conjunta das entidades da classe, o próprio autor, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pediu a retirada do projeto da pauta de votação. O que comprova que parlamentares são sensíveis à pressão exercida pelos segmentos organizados da sociedade.

Para Miguel Nobre, sem essa mobilização, a Odontologia correria o risco de ver seu melhor momento político perder a força. “Nem nós nem a população merecemos isso”, afirma.

Projetos da saúde bucal

Veja a seguir os projetos de lei que mais avançaram. Dentre eles, o PL 218/99, que determina a inclusão no ensino fundamental de aula sobre saúde bucal, aguarda desde junho de 2004 o parecer do relator, o deputado Enéas Carneiro (Prona-SP). Os e-mails deste e de outros parlamentares estão aqui disponíveis para a classe cobrar as respectivas ações.

PL 4556/94 – Dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas. Sujeito à apreciação Plenária na Câmara. **Autor:** deputado Virmondos Cruvinel (PMDB-GO), hoje sem mandato. **Como está:** Aprovado na CCJC, está pronto para ir à votação. Em 7/6/05 foi apresentado requerimento solicitando urgência para esta matéria, pelo deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG): dep.geraldothadeu@camara.gov.br.

PL 4732/01 – Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais. Sujeito à apreciação Plenária na Câmara. **Autor:** deputado Serafim Venzon (PSDB-SC), sem mandato. **Como está:** A CCP encaminhou em outubro o parecer da relatora na CCJC, deputada Sandra Rosado (PSB-RN): dep.sandrarosado@camara.gov.br. Está pronto para ir a plenário.

PL 3077/00 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do SUS. Sujeito à apreciação Plenária na Câmara. **Autor:** deputado Ricardo Ferreira (PPS-ES), sem mandato. **Como está:** Desde 27/9/05 está na CSSF para votação do parecer favorável da relatora, deputada Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ): dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br

PL 3249/00 – Obriga os médicos e instituições credenciadas pelo Sistema Único de Saúde a prescreverem medicamentos com sua denominação genérica. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Dr. Hélio (PDT-SP), que renunciou para assumir a prefeitura de Campinas. **Como está:** Desde 1/11/05 está na CCJC aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Alceu Collares (PDT-RS): dep.alceucollares@camara.gov.br.

PL 3340/00 – Determina que a criação de novos cursos superiores de Odontologia e outros dependerão de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Renato Silva (PSDB-PR), sem mandato. **Como está:** Desde dezembro de 2004 está na CEC. Em 16/3/05 foi aprovado requerimento da relatora, deputada Neyde Aparecida (PT-GO) - dep.neydeaparecida@camara.gov.br - para a realização de Audiência Pública para debater o projeto, o que ainda não aconteceu.

PLC 79/02 – Dispõe sobre a jornada de trabalho do cirurgião-dentista da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais e dá outras providências. **Autor:** deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), sem mandato. **Como está:** Desde agosto de 2005, o projeto está aguardando designação de novo relator na CCJ (Senado), cujo presidente é o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA): acm@senador.gov.br.

PL 3520/04 – Obriga empresas a manterem serviço de assistência odontológica para os empregados. Altera o artigo 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Vanderlei Assis (PP-SP): dep.vanderleiassis@camara.gov.br. **Como está:** Desde 9/8/05, aguarda parecer do relator na CDEIC, deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO): dep.ronaldodimas@camara.gov.br.

PL 5845/01 – Altera dispositivos da Lei 4324, incluindo entre as competências dos Conselhos Regionais de Odontologia a deliberação de inscrição e cancelamento de clínicas dentárias ou odontológicas, assim como aplicação de penalidades. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP): dep.orlandofantazzini@camara.gov.br. **Como está:** Desde 16/12/04 está na CTASP, aguardando designação de relator.

PL 5391/05 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Gilmar Machado (PT-MG): dep.gilmarmachado@camara.gov.br.

Como está: Desde 8/7/05 aguarda, na CSSF, o parecer do relator, deputado Remi Trinta (PL-MA): dep.remitrinta@camara.gov.br.

PL 3587/97 – Assegura a trabalhadores, aposentados e pensionistas da Previdência Social tratamento dentário pelo SUS. Poder conclusivo. **Autor:** deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP): dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br. **Como está:** Desde 18/9/03 está pronto para votação do parecer do relator na CCJC, deputado Carlos Mota (PL-MG): dep.carlosmota@camara.gov.br.

PL 218/99 – Determina a inclusão, nos currículos do ensino fundamental, de conteúdo obrigatório que trate da saúde bucal. Poder conclusivo. **Autor:** deputada Yeda Crusius (PSDB-RS): dep.yedacruzius@camara.gov.br. **Como está:** Desde junho de 2004 aguarda parecer do relator na CCJC, deputado Enéas Carneiro (PRONA-SP): dep.eneas@camara.gov.br.

Glossário:

PL - Projeto de Lei

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PLS - Projeto de Lei do Senado

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

Comissões

CCP - Coordenação das Comissões Permanentes

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

CEC - Comissão de Educação e Cultura

CTASP - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

CDEIC - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senado Federal)

Sujeito à apreciação Plenária na Câmara: quando o projeto precisa ir à votação na Câmara após a apreciação das comissões.

Poder conclusivo: quando o projeto pode ser aprovado nas próprias comissões, sem precisar ir a plenário.

Selene Costa, Conselheira CFO

Selene Machado Costa Guedes está completando um ano como coordenadora de saúde bucal da prefeitura de Manaus. Mais um desafio entre vários vividos desde que se graduou, há 17 anos, pela Universidade Federal do Amazonas. Presidente do CRO-AM (1997-2000) com 31 anos, Selene (odontopediatra) é conselheira do CFO desde 2000.



Como vai a coordenação de saúde bucal de Manaus?

Está sendo um desafio. A Saúde Bucal estava fora do PSF e a prioridade do secretário Municipal de Saúde, dr. Jesus Pinheiro, foi a implantação das Equipes de Saúde Bucal. Em janeiro chegaremos a 55 equipes implantadas. Estamos implantando 2 Centros de Especialidades Odontológicas e a "Odontologia para o bebê" na Maternidade Dr. Moura Tapajós. Recente concurso público abriu 206 vagas para cirurgiões-dentistas, 141 para auxiliares de consultório dentário e 38 para técnicos em higiene dental. Estamos reorganizando e ampliando a atenção básica, e até abril serão inaugurados 10 módulos de PSF. Estamos confiantes, nosso objetivo é ampliar a rede oferecendo à população atendimento de qualidade e humanizado.

Quais as maiores carências em saúde bucal na capital e no Estado?

Em Manaus há uma grande concentração de profissionais, cerca de 1.200, e mesmo assim há uma demanda reprimida muito grande, por isso estamos ampliando a rede com o aumento da capacidade instalada e de recursos humanos, mas a fluoretação da água precisa se tornar realidade, já ajudaria bastante. O interior do Amazonas precisa de uma política que incentive o profissional a trabalhar lá, pois nos 66 municípios do Amazonas existem apenas 200 cirurgiões-dentistas e

acredito que em alguns municípios a população permanece desassistida, abrindo espaço para os ilegais.

Fale sobre sua rotina como presidente da Comissão de Legislação Odontológica, de Reconhecimento de Entidades Representativas da Classe e de Registro de Honrarias.

A nossa comissão se reúne a cada dois meses. Nós recebemos os processos, analisamos e expedimos parecer. Em 2004, o número de entidades registradas pelo CFO chegou a 56. Este ano, foram 36 até agora.

Que lições a sra. tirou da experiência

como presidente do CRO-AM?

Comecei como suplente do CRO em 1990 e nunca pensei em chegar à presidência nem ao CFO. Em 1998, quando fui reeleita, eu e meus colegas trabalhamos em função do compromisso assumido com a classe. Como presidente do CRO aprendi que as críticas, mesmo negativas, são importantes e nos fazem crescer, e que descentralizando os trabalhos as ações são desenvolvidas com mais rapidez e resolutividade. É assim que hoje eu procuro realizar meu trabalho na Secretaria Municipal de Saúde.

Desde 2000, o CFO vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização do Legislativo e Executivo federais para as questões da saúde bucal. Fale sobre a experiência no Amazonas.

Acho importantíssimo o trabalho que o CFO realiza junto à classe política no lobby pela aprovação das leis referentes à saúde bucal. O CFO incentiva muito os Regionais nesse sentido. No Amazonas sabemos que podemos contar com o Prefeito de Manaus, Serafim Fernandes Corrêa, e com o secretário Especial de Articulação e Políticas Públicas, Marcelo Corrêa, que têm nos dado o apoio necessário na Coordenação de Saúde Bucal. Além da vereadora Lúcia Antony, que é cirurgiã-dentista. Em Brasília, sempre temos o apoio da deputada federal Vanessa Grazziotin e do senador Jefferson Peres.

Como avalia a saúde bucal no governo Lula?

A Saúde Bucal nunca teve tantos incentivos e possibilidades de crescer como no Governo Lula, mas os efeitos no interior do Amazonas creio que ainda vão demorar, pois precisa da contrapartida e incentivo das Prefeituras Municipais. Em Manaus, em 2 anos com certeza conseguiremos diminuir o índice de cárie e edentulismo (desdentados).

Que saldo a sra. vê dessa atual crise política?

Eu não consigo acreditar nessa renovação num País onde a maioria ganha eleição comprando votos e se aprovam projetos na base do mensalão. É decepcionante o que está acontecendo no Governo Lula. Eu vejo tudo isso com indignação, principalmente quando ainda existem crianças fora da escola por necessidade de trabalhar, pacientes morrendo por falta de assistência médica, idosos sendo mal tratados.



**FALE COM A CONSELHEIRA
SELENE COSTA
selenecosta@cfo.org.br**

NOTAS

Vanor Correia



Posse na Academia

O presidente do CFO e acadêmico Miguel Nobre empossou a diretoria da Academia Brasileira de Odontologia, no dia 1º de dezembro, no Rio. Placidino Guerrieri Brigagão foi reconduzido à presidência da entidade por mais dois anos, enquanto Miguel Nobre assumiu como membro efetivo do Conselho Fiscal. Em seu discurso, Brigagão criticou o número elevado de cursos de graduação e defendeu a interiorização de profissionais, com incentivos federais, como solução para a crise de mercado, agravada com o acréscimo de 12 mil cirurgiões-dentistas formados a cada ano.

Odontologia do Trabalho

O secretário-geral do Conselho Federal de Odontologia, Marcos Santana, participou em outubro, em Brasília, do Seminário Nacional de Odontologia do Trabalho, no qual o autor do Projeto de Lei 3520/04, deputado Vanderlei Assis (PP-SP), solicitou a mobilização de parlamentares em favor da matéria. O secretário-geral do CFO tem falado aos colegas de todo o Brasil sobre a importância de apoiar o projeto, que introduz o atendimento odontológico no programa de saúde ocupacional das empresas. Reconhecida em 2002, a Odontologia do Trabalho reúne 127 especialistas em todo o País e já possui uma associação própria, com endereço na Internet: www.abot.org.br

NOVO

Anti-Séptico Bucal

**Eficaz contra os germes e bactérias,
gentil com a sua boca.**

**Não contém
álcool**

**Contém
Flúor**



Outlook, Copi

**ATENDIMENTO
AO DENTISTA**
LIGAÇÃO GRATUITA
0800-167252

Oral-B®

A marca mais usada pelos dentistas
www.oralb.com.br

CFO é modelo na certificação digital

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação vê CFO como disseminador da nova ferramenta entre os conselhos profissionais

O vice-presidente do Conselho Federal de Odontologia Ailton Rodrigues e o gerente de Tecnologia e Informação do CFO Luciano Barreto estiveram no dia 7 de dezembro, em Brasília, com o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Renato Martini, e o diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, Maurício Coelho.

Eles discutiram um protocolo de intenções sobre certificação digital, que será tema da próxima reunião plenária do CFO e depois submetido à Procuradoria Jurídica do conselho. “A certificação digital vai facilitar a vida dos mais de 200 mil cirurgiões-dentistas em todo o País e o conselho já está preparado operacionalmente para a nova tecnologia”, afirmou Barreto.

O presidente do ITI disse que a certi-

ficação digital vai possibilitar uma verdadeira revolução na prestação de serviços e na confiabilidade das informações nas diversas categorias profissionais. “Diante da posição avançada na certificação digital em que o CFO se encontra, o ITI decidiu convidar a diretoria do conselho para ajudar a disseminar a certificação digital”, explicou Renato Martini. Segundo ele, a idéia é formar parcerias com os demais conselhos.

Prontuário odontológico

Durante o 3º Fórum de Certificação Digital, realizado em Brasília entre os dias 8 e 10 de novembro, o presidente do ITI já havia manifestado este interesse. Renato Martini elogiou a iniciativa do CFO de aplicar a certificação digital ao prontuário odontológico. O uso desta ferramenta tecnológica permite a digitalização de documentos, inclusive o histórico odontológico do paciente, com radiografias, exames e consultas, com aval público e a possibilidade de acesso em qualquer computador.

O CFO é um dos pioneiros ao analisar a possibilidade de implementar a certificação digital. Durante o 3º Fórum de Certificação Digital, o gerente do CFO

Luciano Barreto apresentou a experiência desta autarquia e defendeu o uso da ferramenta por outros conselhos profissionais. Hoje, a Receita Federal já usa o sistema de chave pública para a entrega da declaração de Imposto de Renda. “Com a certificação digital, você pode ter a informação apenas no computador porque passa a ter fé pública”, ressalta o gerente. Ele afirma que a ferramenta poderá ser usada de várias formas pela entidade. “Na parte administrativa, no aspecto de segurança da identificação; na parte estrutural, como atos normativos, ao dispensar o uso de papel; e na parte processual, com a substituição da documentação em papel pela forma eletrônica.”

Em suma: ao mesmo tempo que representa a garantia legal dos documentos, a certificação digital proporciona economia, afinal, usa-se menos papel e ganha-se mais em segurança.

No site do CFO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO ITI RENATO MARTINI (ÚLTIMAS NOTÍCIAS) E “CERTIFICAÇÃO DIGITAL VAI AJUDAR RELAÇÃO DE PACIENTES COM CIRURGIÕES-DENTISTAS E MÉDICOS” (RÁDIO CFO)

CFO e CROs: recadastramento prorrogado

Novo prazo é 25 de outubro de 2006. Jornal do CFO revela resultado parcial da pesquisa do CD – feita no ato do recadastramento

Durante os dias 10 e 11 de novembro, representantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Odontologia reuniram-se em Porto Alegre para debater as questões pontuais da Odontologia e o planejamento para os próximos meses.

Na pauta do encontro, um dos destaques foi o recadastramento nacional de profissionais, que inclui emissão de um novo modelo de carteira de identidade e a pesquisa sobre o perfil do cirurgião-dentista. O plenário votou pela prorrogação do

prazo do recadastramento por mais um ano, ou seja, até 25 de outubro de 2006. A propósito: em alguns Regionais o ritmo de recadastramento ainda está abaixo do esperado.

Pesquisa: resultados parciais

Mas as 5.790 pesquisas respondidas em todo o Brasil – cada pesquisa é feita no ato do recadastramento e é opcional – já fornecem números que permitem uma análise parcial. Cerca de 50% dos CDs, por exemplo, afirmaram trabalhar com convênios, enquanto 35% informaram cobrar valores idênticos aos da tabela de valores da categoria. Entre os CDs que atuam como profissionais liberais, a maioria (52,05%) atende em consultórios alugados. Responderam ter interesse em participar de algum

programa de interiorização 44,26%.

Embora 60% se considerem otimistas quanto ao futuro da profissão e 65% tenham dito que a odontologia ainda seria sua primeira escolha, ainda é reduzido o percentual daqueles que vêem “grandes” perspectivas quanto à atuação do Congresso Nacional em relação à efetivação de políticas de saúde bucal: 19,58%

Perguntados se acham o Conselho importante para a Odontologia, 93,23% responderam “sim”. Mais: dos 59,02% que acessam sites de entidades odontológicas, 66,51% disseram ser o CFO e CROs suas primeiras opções. Questionados ainda sobre a qualidade do conteúdo do Jornal do CFO e do site da autarquia, a maioria – 50,41% e 55,69% respectivamente – considera “boa”.

NOTAS

Câmara condecora presidente do CRO-RJ



O presidente do CFO Miguel Nobre prestigiou, no dia 13 de dezembro, a entrega do Título de Cidadão do Município do Rio de Janeiro ao presidente do Conselho Regional de Odontologia (RJ), Outair Bastazini. A condecoração, solicitada pelo vereador Luiz Carlos Ramos (PSDB) – primeiro secretário da Câmara Municipal –, foi realizada em cerimônia “extramuro”, na sede da Academia de Odontologia do Rio de Janeiro (AORJ) – que apesar do nome, não é filiada à Academia Brasileira Odontologia.

Unificação de honorários pagos por planos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o pagamento pelos planos de saúde de um piso unificado de honorários aos médicos, cirurgiões-dentistas e outros profissionais de saúde credenciados. A proposta (Projeto de Lei 4731/01), do ex-deputado Serafim Venzon, pretende corrigir disparidades entre as diversas profissões.

O projeto prevê que o valor do piso unificado constará de tabelas elaboradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, que terá a função de gerenciar a unificação e corrigir eventuais distorções. “A tabela de honorários constitui instrumento fundamental de defesa dos profissionais de saúde na sua relação desigual com as operadoras de planos”, afirmou a relatora da matéria, deputada Sandra Rosado (PSBRN).

O projeto será votado pelo Plenário da Câmara. Se aprovado, será encaminhado ao Senado.

Reforço no ensino médio

CFO



Presidente do CFO Miguel Nobre e o ministro da Educação Fernando Haddad

Em seminário do MEC, presidente do CFO defende mais qualidade na formação fundamental e média

O presidente do Conselho Federal de Odontologia Miguel Nobre defende que os cursos superiores de Odontologia no Brasil seriam melhores se a formação fundamental e média dos estudantes tivesse mais qualidade. “A maioria dos estudantes chega ao fim do ensino médio sem saber ler, sem entender o que lê”.

A declaração foi feita no dia 21 de novembro, em Brasília, no “Primeiro Seminário Nacional Interfaces: Formação Acadêmica e Exercício Profissional”. O evento, promovido pelo Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE), na Academia de Tênis Resort, teve como objetivo discutir as conexões entre a formação acadêmica e a prática nas áreas de atuação. O seminário foi aberto pelo ministro da Educação Fernando Haddad.

O presidente do CFO mostrou-se favorável à especialização técnica no ensino médio. Para ele, o curso superior deveria ser uma complementação do que o aluno aprendeu no nível técnico. Miguel Nobre entende, ainda, que os cirurgiões-dentistas com formação de mestrado deveriam se dedicar não só ao magistério, mas também ao mercado e à pesquisa. “Hoje, o que há é uma anomalia. Todos os mestres estão no magistério. Eles poderiam fazer pesquisas para dar qualidade à população brasileira.”

Nobre defendeu que a reforma do ensino promovida pelo governo federal dê maior ênfase aos ensinamentos médio e fundamental, e não ao superior, como tem sido feito até o momento. O presidente do CFO participou da primeira mesa do encontro, “A Visão Profissional”, que contou ainda com representantes dos conselhos federais de Medicina, Administração e Engenharia, Arquitetura e Agronomia, além de instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC).

Exame complementar e os planos de saúde

Operadora de saúde que negar pedido de exame complementar deve ser denunciada à agência reguladora, diz conselheiro do CFO

Representante do Conselho Federal de Odontologia na ANS desde 2000, o conselheiro José Mário Moraes Mateus explica que não há justificativa legal para a operadora de plano de saúde negar uma solicitação de exame complementar (laboratorial) feita por cirurgião-dentista. Tal irregularidade, registrada em todo o País, foi denunciada com destaque no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

“Quem determina este tipo de exame é o médico ou o cirurgião-dentista, a lei 9656/98 garante isso”, afirma Mateus, que preside a Comissão de Entidades Prestadoras de Assistência Odontológica. Segundo ele, o profissional deve denunciar a operadora que infringir a lei. A denúncia deve ser feita pelo Disque ANS: 0800-701-9656.

Está disponível no endereço eletrônico da ANS um “Comunicado” no qual a agência reguladora denuncia a prática corrente no mercado de saúde suplementar de negar cobertura “para a realização de exames laboratoriais, quando estes são solicitados pelo ci-

rurgião-dentista para beneficiários de planos de saúde”.

Veja a íntegra do comunicado em: www.ans.gov.br

ANS divulga: 189 planos irregulares

A Agência Nacional de Saúde Suplementar divulgou também uma lista com 189 operadoras do País que estão em situação irregular desde o dia 2 de dezembro, quando terminou o prazo legal para as empresas darem entrada no processo para obtenção de autorização de funcionamento no mercado de saúde suplementar.

Segundo a ANS, as operadoras que não tiverem requerido o registro de funcionamento e não tenham beneficiários vão ter sua licença de funcionamento imediatamente cancelada. Empresas que contam com beneficiários serão procuradas pela agência reguladora para que seja iniciado o processo de alienação de suas carteiras.

O prazo para a regularização das empresas acabou em junho, mas foi prorrogado para o dia 2 de dezembro. Até o momento, 1.597 operadoras cumpriram as exigências para solicitação do registro permanente e a entrega dos dados cadastrais, além de informações sobre saúde econômico-financeira e comprovação de capacidade de prestar a assistência aos beneficiários.

VEJA NO SITE DO CFO A LISTA COM OS NOMES DAS OPERADORAS IRREGULARES: WWW.CFO.ORG.BR

E o PL do cartão odontológico nas escolas?

Está parado. Enquanto isso, deputado recorda os “gabinetes odontológicos” das escolas do Rio, nos anos 60

No dia 17/11 o deputado federal Dr. Heleno (PSC-RJ) fez um discurso na Câmara chamando a atenção dos parlamentares para a urgência em melhorar as condições de atenção básica em Odontologia no País. Além de analisar de forma correta o quadro da saúde bucal em nível nacional, o deputado lembrou que “na década de 1960, o Estado do Rio de Janeiro possuía em cada estabelecimento de ensino estadual um gabinete odontoló-

gico. Foi um projeto que deu certo e que poderia ser copiado para a situação atual”.

Vale lembrar que em junho a cirurgiã-dentista e então deputada pelo PL-TO, Ana Alencar, apresentou o Projeto de Lei 5355/05, que cria o cartão odontológico preventivo e exige sua apresentação para a matrícula de crianças de 6 a 12 anos em escolas públicas. Desde então o projeto está parado na CEC (Comissão de Educação e Cultura) esperando parecer do relator, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG). Como retornou à suplência, Ana Alencar não pode mais interferir na tramitação. Se o deputado Dr. Heleno assumisse a frente dessa luta, estaria prestando um enorme serviço à saúde bucal das crianças de nosso País.

Pela Emenda 29

Conselhos de Odontologia e parlamentares lutam pelo cumprimento da emenda 29, que determina mínimo para investimento em Saúde

Desde 2000, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 29, o investimento público na área de Saúde deveria ser corrigido anualmente pelo PIB, no caso da União. No caso dos Estados e do Distrito Federal, deveria ser de, no mínimo, 12% do orçamento; e para os municípios, o investimento deveria ser de 15%. Deveria, porque apesar de apro-

tor-geral informou que 34% das emendas individuais apresentadas pelos parlamentares para 2006 contemplam o setor de Saúde. Ao todo, os parlamentares propõem mais R\$ 1,1 bilhão para investimentos – além dos R\$ 40,1 bilhões já definidos na Proposta Orçamentária original do governo federal.

Orçamento 2006: defasagem de R\$ 4,7 bi na Saúde

A Frente ainda quer que Carlito Merss recomponha os R\$ 2,1 bilhões que estão sendo desviados da saúde para o Programa Fome Zero. Segundo Darcísio Perondi, as entidades que representam o setor de saúde e toda a população brasileira, principalmente as pessoas que de-

pendem do SUS, não vão aceitar desvios orçamentários. “O piso não pode virar teto. Queremos mais que o piso”, defendeu Perondi. Ainda faltam R\$ 900 milhões no Orçamento para que esse piso seja alcançado, além dos R\$ 2,1 bilhões que estão sendo desviados.

No entanto, segundo entidades do setor de Saúde, o Orçamento de 2006 precisa receber pelo

menos mais R\$ 4,7 bilhões além da proposta orçamentária original. Esse dinheiro deverá ser investido principalmente em ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, atenção primária à saúde e aquisição de medicamentos considerados excepcionais.

Congresso terá convocação extraordinária

Apesar da crise política, governo e oposição chegaram a um acordo. Haverá convocação extraordinária dos senadores e deputados no período de 16/12/05 a 14/02/06 - embora a primeira sessão só esteja marcada para 13/01/06. Entre as matérias a serem apreciadas está o orçamento para o ano que vem.

Relator-geral do Orçamento 2006:

DEPUTADO CARLITO MERSS (PT-SC):
DEP.CARLITOMERSS@CAMARA.GOV.BR.

RELATOR-SETORIAL DE SAÚDE:

DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO (PFL-BA):
DEP.CLAUDIOCAJADO@CAMARA.GOV.BR.



Coordenadora do Fentas Graciara Azevedo (CFO), deputado Rafael Guerra e o vice do CFO Ailton Rodrigues

vada, a EC- 29, que “assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde”, ainda não vigora na prática.

Em outubro, o CFO teve participação em duas ações cujo objetivo era pressionar os parlamentares a garantir mais recursos para a Saúde. No dia 19, o CFO, os CROs e a Frente Parlamentar de Saúde fizeram mobilização na Câmara dos Deputados pela aprovação da emenda, com direito a caminhada pelos corredores do parlamento. Já no dia 30, a Frente Parlamentar de Saúde, representando a classe, reuniu-se com os relatores do Orçamento da União para 2006 e exigiu a recomposição do orçamento para 2006 no tocante à saúde.

Nessa reunião, os deputados da Frente de Saúde Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Rafael Guerra (PSDB-MG) cobraram do relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), e do relator-setorial, Cláudio Cajado (PFL-BA), o cumprimento do que determina a lei. O rela-

AGENDA

24º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo

28 de janeiro a 1 de Fevereiro de 2006
São Paulo - SP
Informações: tel. 0800 128 555
E-mail: ciosp@apcd.org.br
www.apcd.org.br

XI Congresso de Odontologia do Espírito Santo

16 a 18 de Março de 2006
Vitória - ES
Tema: “Brasil Sorridente - construindo a cidadania”
Informações: tel/fax (27) 3337.8010
www.abo-es.com.br



Construa seu futuro agora.

Faça o

Plano SulAmérica CFO Previdência

e viva seguro para sempre.



CFO Previdência

Solicite sua proposta personalizada através do site www.cfo.org.br

SulAmérica
associada ao ING



ADL conquista parcerias

A Associação Dentária Lusófona (ADL) reuniu sua diretoria no dia 19 de novembro, em Lisboa. Data marcou o ingresso de países africanos e a assinatura de parcerias estratégicas

Sem orçamento, mas com muita criatividade e vontade política. Essa é a fórmula usada pela Associação Dentária Lusófona (ADL), a julgar pela assinatura dos primeiros acordos de parceria e pelo ingresso de Cabo Verde e Guiné-Bissau, selados no dia 19 de novembro, em Lisboa, durante o XIV Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas de Portugal. A ADL congrega em sua diretoria representantes brasileiros – através da diretoria do Conselho Federal de Odontologia – e portugueses e tem como missão abrir o mercado odontológico nos países africanos de língua portuguesa e no Timor Leste (Oceania).

Universidade Lusófona abrirá portas na África

O Protocolo de Colaboração com a Universidade Lusófona foi uma das parcerias mais festejadas pela ADL. Instituição portuguesa privada com li-



Miguel Nobre, Manuel de Carvalho e o presidente da Universidade Lusófona, Manuel Damásio

cenciaturas e mestrados em várias áreas, a Universidade Lusófona possui filiais em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Brasil e Portugal. Segundo o presidente da ADL Manuel Fontes de Carvalho, pelo protocolo a ADL poderá realizar iniciativas nestes países e promover ações de capacitação, sempre utilizando-se das instalações da Universidade Lusófona.

Carvalho revelou que vem recebendo dezenas de mensagens de portugueses e brasileiros solicitando esclarecimentos sobre as condições de trabalho nos países de língua portu-

guesa, particularmente na África. Ele disse que agora não é possível dar respostas objetivas, já que a associação ainda está “em fase de instalação”. “Na maior parte dos países não há associações e os poucos profissionais existentes estão dispersos. Resta a colaboração dos governos que também não estão vocacionados para a saúde oral”, completou.

A avaliação da diretoria é de que o ritmo de crescimento da ADL será conforme a colaboração de instituições já instaladas nos países. Nesse sentido, foi visto com bons olhos o acordo celebrado com a Associação

de Médicos Dentistas Solidários, instalada em Guiné-Bissau e formada por profissionais portugueses que, gratuitamente, promovem saúde bucal entre a população. Durante o encontro, foi assinado ainda um acordo com a Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária, que dará apoio às iniciativas científicas desenvolvidas nos países de língua portuguesa.

Para 2006, a expectativa é amearhar novas parcerias e qualificar a relação com os colegas africanos. A ADL deve obter a parceria da Federação Dentária Internacional (FDI), cuja missão é justamente levar saúde bucal a países sem infra-estrutura no setor. Também no próximo ano, em abril, será realizada em Cabo Verde uma Jornada Científica que servirá para estreitar laços com os profissionais locais. “Pensamos que após esta reunião algo de mais significativo poderá ser anunciado”, aposta Manuel Fontes de Carvalho.

Também participaram da assinatura das parcerias o presidente do CFO Miguel Nobre (vice-presidente da Associação Dentária Lusófona), o vice-presidente Ailton Rodrigues (1º secretário da ADL), o secretário-geral Marcos Santana (2º secretário da ADL), e o tesoureiro Lester de Menezes (2º tesoureiro da ADL) – acompanhados do superintendente executivo do CFO Márcio Coimbra.

Óxido nitroso: ameaça dissipada

Uso da analgesia através do gás, garantido pela Resolução CFO 51/04, esteve ameaçado, mas Vigilância Sanitária de SP voltou atrás e suspendeu portaria. Odontologia aguarda manifestação da Anvisa

A conquista, pelo cirurgião-dentista, do direito de usar a analgesia com óxido nitroso, materializada na Resolução CFO 51/2004, esteve sob ameaça recentemente. Os profissionais de São Paulo foram surpreendidos, em setembro, pela Portaria SS-126 da Vigilância

Sanitária (SP) que exigia inúmeras modificações para que os consultórios odontológicos paulistas pudessem aplicar este gás comprovadamente seguro para uso ambulatorial.

O Conselho Federal de Odontologia, através do conselheiro Rubens Côrte Real, acompanhou de perto os fatos, ao lado do CRO-SP, ABCD e Abasco, que solicitaram providências sobre o assunto diretamente ao secretário adjunto de Saúde do Estado de São Paulo, Ricardo Oliva. Conforme foi demonstrado, as modificações exigidas, além de desnecessárias, serviriam somente para encarcerar o uso da técnica.

O resultado não tardou: em novembro, a secretaria informou estar suspensa a aplicação da portaria SS-126, e que

aguardará “edição de norma nacional a ser editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária”. O secretário Ricardo Oliva, numa atitude louvável, reconheceu que o gás não tem periculosidade, e se caso o tivesse, as regras contidas na SS-126 deveriam ser aplicadas a todos os centros cirúrgicos médicos de SP. Segundo ele, “a Anvisa se prontificou a criar grupo de trabalho” sobre o assunto.

Vale mencionar, no entanto, o que disse em ofício o presidente da Associação Brasileira de Analgesia e Sedação Consciente na Odontologia (Abasco), João Rosa, que registrou a realização do Fórum sobre o Uso da Analgesia em Odontologia, promovido em março de 2004 pelo CFO e os CROs.

Fórum que contou com o aval da própria Anvisa, além da participação, com direito a voto e veto, de entidades como o Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Sociedade Brasileira de Anestesiologia e Abasco, entre outros, que ratificaram as normas estabelecidas em debate aberto e democrático baseado na literatura científica mundial. Deste encontro saiu o relatório que deu origem à Resolução CFO 51/04.

Ao que tudo indica, a possibilidade de retrocesso quanto ao uso do óxido nitroso na odontologia ficou na fumaça. Mas o CFO continuará de olhos abertos, aguardando manifestação oficial da Anvisa, a fim de que seja resguardada a soberania desta normatização.

Renovação do Congresso Nacional

Cid Brügger, consultor parlamentar do CFO

Uma pergunta que começa a ser feita sempre que se aproximam os pleitos eleitorais é sobre o percentual de renovação do Congresso Nacional.



Vanor Correia

Os analistas costumam levar em conta, entre muitos fatores, o desempenho dos parlamentares na legislatura anterior, pela qualidade da produção legislativa, pelo atendimento das demandas sociais e, sobretudo, pela conduta moral dos escolhidos.

Nas três últimas eleições, na Câmara dos Deputados, a renovação foi, respectivamente, de 55% (1994); de 41,9% (1998) e de 41,5% (2002), percentuais que muitos acham elevadíssimos, sobretudo se comparados com os de outros países, por não levarem em conta que o eleitorado brasileiro vem agregando cerca de 11 milhões de novos eleitores a cada pleito (1990 – 83.817.593; 1994 – 94.782.803; 1998 – 106.101.067; e 2002 – 115.833.491).

Hoje, se o senador Paulo Paim (PT-RS), diante da vertiginosa queda de prestígio da classe política, aposta em uma renovação, em 2006, da ordem de 70%, o deputado Josué Bengston (PTB-PA), ao contrário, teme que a reforma política em curso, sobretudo se aprovada a proposta de listas fechadas de candidatos, se constitua em empecilho à renovação do Parlamento, por ensejar a volta das velhas oligarquias.

Um fator que concorre para que a renovação do Parlamento Brasileiro ainda não seja mais acentuada é o fato de na maioria dos casos a escolha dos eleitores recair em nomes já conhecidos, como destacado por Luiz Felipe Miguel, no artigo “Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. Reconhece o autor que “a visibilidade nos meios é uma condição importante para o reconhecimento público, em qualquer área de ati-

vidade nas sociedades contemporâneas.” Portanto, para alcançar um mandato, sobretudo em um país onde as campanhas cada vez ficam mais dispendiosas, o iniciante na carreira se defronta com enormes dificuldades, mesmo aqueles ligados a movimentos sociais organizados.

Vale lembrar, ainda, que em 2006, no Senado, das 81 cadeiras existentes, apenas um terço estará em disputa (27), o que certamente concorrerá para um menor índice de renovação, pelo menos naquela Casa.

Um fato que deve ser ressaltado, contudo, é que nem sempre a maior renovação opera uma mudança do perfil do Congresso. Convém registrar que, ao fazer a radiografia do Congresso que emergiu das urnas na eleição de 2002, o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, órgão que congrega pessoas que conhecem como poucos os bastidores e as tendências daquele poder, sinalizava uma mudança com ética.

Do citado documento, fruto de uma análise criteriosa, é oportuno destacar partes que comprovam que as expectativas ali contidas acabaram inteiramente frustradas.

Dizia o referido documento:

“Ideologicamente, o crescimento dos partidos socialistas resultará, na pior das hipóteses, em políticas social-democratas, o que será positivo comparando-se

com o atual perfil liberal da base de sustentação do governo. Assim, a mudança (...) consistirá na substituição de políticas públicas com viés neoliberal por outras com maior enfoque social, especialmente no combate ao desemprego, à violência urbana, às desigualdades regionais e principalmente na valorização da

educação e da saúde da população, com políticas de inclusão (...).

Regionalmente, também houve novidades. Os partidos conservadores que historicamente mandavam em regiões como Norte e Nordeste, tomaram um grande susto com o crescimento dos

partidos doutrinários e ideológicos, particularmente com o desempenho do PT nos pleitos majoritário e proporcional. Esse fenômeno da eliminação gradual dos currais eleitorais, com a derrota de políticos fisiológicos e clientelistas, é uma conquista importante para a democracia.

Em conclusão (...), houve avanços políticos, ideológicos e éticos na composição do futuro Congresso em relação ao atual, o que traz um enorme alento para o povo brasileiro, que espera maior prioridade às questões sociais.”

Com efeito, nada disto aconteceu, embora, como sempre, no último ano de governo os ocupantes do Palácio do Planalto sempre façam um esforço maior com vistas à reeleição. E desta vez não será diferente, pois são fortes os indícios

“Como sonhar é preciso, esperamos que os homens de bem não tenham nojo da política e que os candidatos eleitos em 2006 correspondam aos anseios do povo brasileiro”

de que a obsessiva política de superávits primários cada vez maiores deixe algum espaço para a implementação de inadiáveis projetos sociais, que devem beneficiar em especial os integrantes da base de apoio do Governo, com a liberação de verbas por eles consignadas no Orçamento da União e hoje contingenciadas.

No campo da ética a decepção não foi menor para alguns, tantos os escândalos que eclodiram nesta legislatura, mas não para o experiente deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), que avalia que o atual Congresso foi pior que o anterior e que o próximo será muito pior do que este. Infelizmente, esta é uma expectativa amparada pelos últimos pleitos, quando os sucessivos escândalos políticos continuaram acontecendo, mesmo depois de o Congresso cortar na própria carne, parecendo dar razão à escritora Simone de Beauvoir, quando diz que “o mais escandaloso dos escândalos é que nos acostumamos a ele.”

A escolha mais criteriosa do eleitor sem dúvida é um passo importante para a melhoria do Congresso, embora em nosso sistema eleitoral, onde as cadeiras são distribuídas segundo a votação de cada legenda ou coligação, alguns candidatos sozinhos acabem elegendo outros três ou quatro, nos quais não se votaria em hipótese alguma.

Mas, como sonhar é preciso, esperamos que os homens de bem não tenham nojo da política e que os candidatos eleitos em 2006 correspondam aos anseios do povo brasileiro e desmintam também o jornalista Hélio Fernandes, quando diz que, em nosso país, “o dia seguinte sempre consegue ficar pior que a véspera.”



FALE COM O CONSULTOR DO CFO:
cidbrugger@bgcons.com.br



Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2316 · CEP 20020-100 · Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho Federal de Odontologia · Ano 13 · Nº 69/Nov-Dez de 2005
Edição Nacional · 287.855 exemplares

**IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA**

